



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 15 de março de 2012

DIÁRIO DO AMAZONAS Valorização do dólar afeta importações e turismo em Manaus	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Novo superintendente adjunto de operações toma posse na Suframa	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Brasil e México ainda têm impasse sobre acordo automotivo	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Governo quer desonerar folha de pagamento da indústria.....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Dilma diz que não fará reforma trabalhista	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Senado regulamenta direito de resposta na mídia	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ZERO HORA Aceno para Instituto de Semicondutores.....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA CÂMARA Comissão aprova isenção fiscal para perfumes em áreas de livre comércio.....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA CÂMARA Vendas internas na Zona Franca de Manaus são isentas de PIS e Cofins, decide STJ	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Vendas internas na Zona Franca são isentas de PIS e Cofins, determina decisão do STJ.....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>		EDITORIA
	TÍTULO Valorização do <u>dólar</u> afeta <u>importações</u> e turismo em <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Para evitar os altos custos do mercado exterior, turistas e comerciantes apostam em planejamentos a longo prazo para comprar a moeda americana em baixa.

Manaus - A recente alta no dólar, que até às 18h30 desta quarta-feira (14) estava cotado em R\$ 1,8070, deixa áreas do comércio e turismo de Manaus em sinal de alerta neste primeiro semestre de 2012. Para evitar os altos custos do mercado exterior, turistas e comerciantes apostam em planejamentos a longo prazo para comprar a moeda americana em baixa.

Segundo o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-AM), Ralph Assayag, a valorização do dólar é prejudicial para o comércio da capital amazonense. “É ruim porque há uma retração da importação, dependendo do valor. Quando isso acontece pode desequilibrar os preços, porque não vão importar para ter compensação, principalmente os comerciantes de Manaus, que estão isolados geograficamente. Às vezes, a importação é mais barata”, constata.

De acordo com o economista Martinho Azevedo, as empresas têm trabalhado com antecedência para que o impacto nesses momentos seja pequeno. “Com a taxa de câmbio entre R\$ 1,70 e R\$ 1,80, há impacto no Pólo Industrial de Manaus (PIM), que importa muitos insumos. A grande intervenção do Governo Federal é essa, porque se o

dólar desvaloriza, as empresas brasileiras perdem competitividade no mercado internacional”, explicou.

Martinho também ressalta que o período não é propício para o turismo. “Isso ocorre em vários sentidos, até porque todos estudam nesse período e as regiões não estão em fase de férias. Tradicionalmente, o Brasil também atrai europeus, mas com a crise esse povo está sem dinheiro para viajar”, analisa.

Para quem pretende tirar férias nos Estados Unidos em tempo de alta no dólar, economiza mais quem acompanhou os índices monetários com bastante antecedência. É o caso da jornalista Marcella Normando, que desde julho de 2011 tem viagem marcada para a cidade de Orlando, na Flórida, em maio deste ano.

“Não terei muitos problemas porque aproveitei para comprar o dólar desvalorizado no ano passado. Também não estou preocupada com cartões de créditos, pois uso apenas dinheiro e cheque de viagem, para não ter surpresa depois”, conta a jornalista, que não dispensa dicas de economistas antes de viajar para fora do Brasil.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Novo <u>Superintendente</u> adjunto de operações tome posse na <u>Suframa</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

José Adilson , que deixou a secretaria executiva de Trabalho do Governo do Amazonas para assumir a nova função, substitui Mauro Guimarães Ferreira.

Manaus - O **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus**, Thomaz Nogueira, assinou na manhã desta quarta-feira (14), em cerimônia no auditório da autarquia, a portaria que dá posse a José Adilson Vieira de Jesus como **Superintendente** adjunto de operações da **Suframa**. A solenidade contou com a presença de representantes de diversas entidades de classe e órgãos governamentais.

"Temos muitos desafios externos para a **Zona Franca**. O **importante** é enfrentá-los buscando agilizar ao máximo as operações de movimentação de **mercadorias** na **Zona Franca** de **Manaus**, para que não sejam um entrave para o

desenvolvimento comercial e industrial na região", disse Nogueira ao novo superintendente durante a cerimônia.

José Adilson , que deixou a secretaria executiva de Trabalho do Governo do **Amazonas** para assumir a nova função, substitui Mauro Guimarães Ferreira, completando, assim, o novo "time" de **Superintendentes** adjuntos da atual gestão, do qual já fazem parte Francisco Arnóbio (Administração), Gustavo Igrejas (Projetos) e José Nagib (Planejamento). "Todas as pessoas de bom senso e bom grado gostariam de trabalhar na **Suframa**, que é exemplo de empresa pública, referência, e motivo de orgulho para todos nós", resumiu Adilson.



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO Brasil e México ainda têm impasse sobre acordo automotivo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE BRASÍLIA - O México aceitou limitar suas exportações de veículos ao Brasil até 2014, mas manteve a recusa de aumentar de 30% para 45% o percentual de peças produzidas localmente na fabricação de seus carros.

O impasse voltou a travar a revisão do acordo automotivo entre os dois países ontem, durante reunião na Cidade do México do ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIMentel**, e do chanceler Antonio Patriota com autoridades mexicanas.

Se os países baterem o martelo nas cotas, o México poderá **exportar** para o **Brasil** no máximo US\$ 1,45 bilhão em carros de passeio neste ano, US\$ 1,56 bilhão em 2013 e US\$ 1,6 bilhão no último ano.

Em 2011, as **exportações** chegaram a US\$ 2 bilhões, alarmando o governo brasileiro, que passou a insistir na revisão do acordo.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo quer desonerar folha de pagamento da indústria		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo quer desonerar folha de 7 setores

Fazenda estuda limitar contribuição ao INSS a 1% do faturamento das indústrias; setor naval e Embraer serão chamados

Indústria têxtil deve alegar que alíquota de 1% ainda é muito alta e pretende reduzir contribuição a 0,8%

SHEILA D'AMORIM

VALDO CRUZ

DE BRASÍLIA

O governo inicia hoje as negociações sobre a desoneração da folha de pagamento para reanimar a indústria disposto a limitar a nova contribuição ao INSS a 1% do faturamento das empresas.

A equipe econômica incluiu nas conversas a Embraer e a indústria naval. Com isso, sobe para sete o número de setores que podem ser beneficiados pelas mudanças pretendidas pelo governo. Entre eles estão também: têxtil, moveleiro, autopeças, bens de capital e plásticos.

Para tentar aliviar o setor produtivo, o governo oferecerá substituir a contribuição atual à Previdência Social, que é de 20% sobre a folha de pagamento, por uma alíquota sobre o faturamento.

A medida já foi adotada no ano passado em algumas áreas, como informática e confecções. Na época, as negociações com outros segmentos emperraram porque o governo não aceitou o percentual mais baixo de 1% e fechou acordo em 1,5%. Isso fez com que muitas empresas desistissem da troca.

Hoje os técnicos da Fazenda sinalizam que 1% pode ser um patamar de negociação. O problema é que várias empresas querem menos. É o caso do setor têxtil, que sofre com a concorrência dos importados da China e Índia e, nos

últimos seis anos, deixou de ser exportador para importar produtos do exterior.

As empresas têxteis querem a alíquota de 0,8% e vão pedir que o percentual seja aplicado na área de confecções, que aderiu à medida em 2011 com o valor de 1,5%.

O argumento é que a situação do setor têxtil piorou muito com o aumento das importações e que muitas empresas atuam em todas as fases da cadeia produtiva, da fiação à confecção, e não podem ter duas alíquotas diferentes.

A previsão é que, em 2012, as importações de têxteis e confecções superem as exportações em cerca de US\$ 6 bilhões -um recorde.

DEFICIT

Em 2011, esse deficit foi de US\$ 4,8 bilhões, mais de 17 vezes superior ao verificado em 2006, quando o setor deixou de ser exportador.

A estratégia do governo é inicialmente apenas ouvir as propostas e os cenários que serão apresentados pelos setores em reuniões separadas. A partir daí, serão feitos os cálculos global e individual para ver qual será a perda de arrecadação e, somente depois, calibrar as alíquotas.

Segundo a Folha apurou, 1% é considerado um "nível baixo" para a Receita Federal. O governo, porém, deixa claro que está disposto a "fazer a medida acontecer" e sabe que isso envolve uma margem de negociação. Para os empresários é sinal de que há espaço para valores menores.

Hoje, além da indústria têxtil, o ministro Guido Mantega (Fazenda) se reúne com a Embraer, o setor de autopeças e o moveleiro. Na terça ele vai se reunir com a indústria naval e a de bens de capital.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma diz que não fará reforma trabalhista		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente nega, em reunião com sindicalistas, que estuda mudar a legislação para adotar trabalho por hora

Luiza Damé

luiza@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. Em reunião com representantes de seis centrais sindicais, a presidente Dilma Rousseff negou ontem que o governo pretende mudar a legislação trabalhista para permitir o trabalho por hora, proposto por empresários dos setores do **comércio** e de serviços. De acordo com o relato de sindicalistas que participaram da reunião, realizada no Palácio do Planalto, Dilma teria garantido que, no seu governo, não haverá reforma trabalhista e desautorizou os ministros a falarem sobre o tema.

- No meu governo não vai ter reforma trabalhista. Nenhum ministro está autorizado a falar sobre isso ou propor qualquer coisa nesse sentido - disse a presidente, segundo relato de sindicalistas.

A questão da proposta de trabalho por hora foi levantada na reunião pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, que é contra a mudança, sugerida ao ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Fernando **PIM**entel, há cerca de três meses, e encaminhada posteriormente ao ministro do Trabalho, Paulo Roberto Pinto.

Pela proposta, que ganhou o apoio da Força Sindical, seria permitida a contratação de trabalhadores com carteira assinada para prestação de serviços eventuais.

- É evidente que isso irá permitir que as empresas dispensem os trabalhadores com carteira assinada e jornada de oito horas e os recontrate por serviço temporário. É uma precarização dos direitos trabalhistas. A CUT só aceita discutir atualização da CLT para ampliar direitos - disse Artur Henrique.

Segundo ele, mudanças na CLT aprovadas no governo Fernando Henrique (1995 a 2002) já permitem a contratação temporária de trabalhadores, por exemplo, no período de Natal, sem cortar direitos.

Após a reunião, o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, disse que a central não perderia tempo tratando da proposta, pois Dilma afirmou que o assunto não está sendo tratado no governo.

- A posição da Força é de formalizar tudo que for possível, mas não vamos mais perder tempo com isso, porque a presidente disse que não tem essa movimentação no governo - disse Paulinho.

Estavam no encontro, além da CUT, a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do **Brasil** (CTB), a Central Geral dos Trabalhadores do **Brasil** (CGTB), e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Na reunião, a presidente não se manifestou sobre a pauta de reivindicações das centrais - que inclui o fim do fator previdenciário, o reajuste das aposentadorias e o fim da incidência de Imposto de Renda sobre a participação nos lucros e resultados (PLR) das empresas. Só pediu uma avaliação dos sindicalistas sobre a desindustrialização. Dilma, segundo os relatos, disse que tomará as medidas necessárias para evitar a desvalorização do **dólar** e incentivar a indústria nacional.

- Quem apostar na desvalorização do câmbio vai perder dinheiro, porque, se for preciso, edito uma medida provisória por semana para garantir que não tenha desvalorização (do **dólar**) - disse a presidente.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Senado regulamenta direito de resposta na mídia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ofendido por matéria jornalística terá 60 dias para pedido de reparação; e veículo, uma semana para examiná-lo

Roberto Maltchik

BRASÍLIA. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem a regulamentação do direito de resposta aos veículos de comunicação. De acordo com a proposta, o ofendido - pessoa física ou jurídica - por matéria jornalística terá assegurado o direito de resposta "gratuito e proporcional", ocupando o mesmo espaço dado à eventual ofensa. O texto foi aprovado por unanimidade, em caráter terminativo, e agora segue para a Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), o regulamento prevê que o ofendido terá prazo de 60 dias, contado a partir da data da primeira divulgação, publicação ou transmissão da matéria, para solicitar a reparação ou retificação. O direito de resposta será estendido a todos os veículos que tenham divulgado, publicado ou republicado, transmitido ou retransmitido a reportagem alvo da solicitação. O relator, senador Pedro Taques (PDT-MT), afirmou que o projeto não limita o trabalho da imprensa.

- A liberdade de imprensa deve ser ressaltada, cultuada por todos nós. Agora, liberdade rima com responsabilidade. A Constituição fala do direito fundamental à resposta. O projeto não ofende nenhum princípio da liberdade de imprensa - defendeu o relator.

Ao receber o pedido de direito de resposta, o veículo terá prazo de sete dias para responder ao demandante, contado a partir do recebimento da correspondência, que deverá ser registrado. De acordo com Taques, a resposta não significa a imediata publicação ou transmissão dos argumentos de quem se sentiu ofendido. Mas, uma vez ultrapassado o período de sete dias sem nenhuma resposta, "restará caracterizado o interesse jurídico para a propositura de ação judicial", diz o texto.

No caso de o pedido alcançar o Poder Judiciário, independentemente de outras ações previstas nos códigos Civil e Penal, o juiz da ação terá 30 dias para proferir a sentença.

O senador Roberto Requião, autor da proposta, sugeriu, durante a reunião da CCJ, que a imprensa resiste em divulgar direitos de resposta, e citou, como exemplo, supostos "erros e acusações descabidas ao Senado", que ficaram sem resposta nos últimos anos.

- Nestes últimos três anos, a Presidência do Senado enviou à imprensa 148 cartas para corrigir erros e acusações descabidas ao Senado da República. Sequer uma delas foi publicada - sustentou Requião.

Conteúdo divulgado na internet estará sujeito às mesmas regras. Entretanto, comentários de leitores não estarão submetidos às normas da legislação em debate. O relator afirmou que acatou parcialmente sugestões da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Legislação garante segurança jurídica

O senador Álvaro Dias (PDSD-PR) também defendeu o projeto:

- Ninguém quer afrontar a liberdade de imprensa. O direito de defesa está em consonância com o direito de liberdade de expressão - afirmou o senador tucano.

O diretor-executivo da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), José Carlos Torves, afirma que uma lei regulamentando o direito de resposta dá mais segurança jurídica. Por outro lado, avalia que o melhor seria inserir o direito de resposta numa lei de imprensa mais ampla, tratando da relação entre a mídia e a sociedade.

- Nós entendemos primeiramente que havia uma necessidade de se legislar sobre o direito de resposta. Desde que caiu a Lei de Imprensa, estava um vazio. Era ruim para os jornalistas e ruim para os veículos. Agora, nós preferimos que isso aí estivesse no bojo de uma lei de imprensa que tratasse unicamente das questões da imprensa - disse Torves, acrescentando:

- Mas de qualquer forma, é melhor que nada.

Ao revogar a Lei de Imprensa, em 2009, o STF compreendeu que a legislação, aprovada em 1967, era incompatível com a Constituição de 1988, e apontou que a

Constituição assegura, por meio do artigo 5, o direito de resposta. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) não se

pronunciou sobre a votação da matéria.

	VEÍCULO ZERO HORA	EDITORIA	
	TÍTULO Aceno para Instituto de Semicondutores		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

RS HI-TECH Há pelo menos um ano no papel, o Estado pode iniciar ainda esse ano o desenvolvimento do seu primeiro Instituto de Semicondutores.

Com a promessa feita ontem pelo ministro de Ciência e Tecnologia, o gaúcho Marco Antonio Raupp, de liberar R\$ 50 milhões, o projeto que pretende atrair novas empresas de microeletrônica ganha fôlego.

O instituto é uma iniciativa da Unisinos e deve ficar dentro do Parque Tecnológico de São Leopoldo (Tecnosinos), com especialização em pesquisa e desenvolvimento, prestação de serviços e formação de profissionais. A ideia é ligar as design houses, que desenham chips no Estado, com os processos de produção e encapsulamento desse componente.

A exigência, no entanto, é de que a instituição sirva de apoio para outros centros de produção de tecnologia do Estado, como a Ceitec. Apesar do aceno de Raupp, a origem dos recursos ainda não está definida.

O Ministério não tem dinheiro em caixa, vai ter de ver de onde sai relatou o secretário da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Estado, Cleber Prodanov.

Além dos R\$ 50 milhões os primeiros R\$ 15,6 milhões seriam necessários ainda em 2012 ainda há contrapartidas da Unisinos e do governo do Estado.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO Comissão aprova isenção fiscal para perfumes em áreas de livre comércio		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional aprovou nesta quarta-feira (14) o Projeto de Lei 2337/11, do deputado Raul Lima (PSD-RR), que isenta do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os perfumes e produtos de higiene pessoal comprados em áreas de livre comércio para consumo interno no local.

O benefício tributário terá vigência, de acordo com a proposta, nas áreas de livre comércio de Boa Vista e Bonfim (RR); Tabatinga (AM); Guajará-Mirim (RO); Macapá e Santana (AP); e Brasília e Cruzeiro do Sul (AC). Atualmente, o Decreto-Lei 288/67, que criou a Zona Franca de Manaus, permite a entrada de perfumes estrangeiros com isenção nos casos de uso no local.

De acordo com o relator na comissão, deputado Gladson Cameli (PP-AC), a proposta vai atender o objetivo das áreas de livre comércio de estimular a economia local. O impacto financeiro do projeto é, segundo Cameli, menor do que o concedido à Zona Franca de Manaus.

Produtos

Pelo projeto, terão direito à isenção dos impostos os seguintes produtos:

- perfumes;
- produtos de barbear (gel de barba, pós-barba);
- desodorantes corporais;
- cremes, bronzeadores;
- batom, rímel e demais produtos de maquiagem;
- produtos de manicure e pedicure;
- xampus, sabonetes e demais produtos para banho;
- produtos de depilação;
- pastas de dente, fios dentais e outros produtos de higiene bucal;
- desodorantes de ambiente.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO Vendas internas na <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u> são isentas de PIS e Cofins, decide STJ		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Brasília – As vendas internas feitas pelas empresas instaladas na Zona Franca de Manaus estão isentas de pagar o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O benefício foi concedido pela 2ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que equiparou os embarques feitos pelas companhias às exportações, em processo movido pela Fazenda Nacional contra a Samsung do Brasil Ltda.

A decisão da corte foi unânime. Os ministros julgaram um recurso da Fazenda Nacional que queria cobrar os tributos da Samsung, localizada na Zona Franca. Ao analisar o caso, o ministro relator do processo, Castro Meira, “entendeu que a interpretação do Artigo 4º do Decreto-Lei nº 288, de 1967, não deve ser restritiva, como pretende a União [por meio da Fazenda Nacional]. O dispositivo equipara a tributação das entradas de produtos na Zona Franca à das exportações”.

A Fazenda entendia que o artigo se referia apenas a exportações de outros estados para a Zona Franca. Nesse caso, argumentava que, na comercialização de produtos da Samsung, a outra empresa localizada na região deveria ser

classificada como circulação interna de mercadorias, e não exportação.

Segundo a decisão do ministro, a interpretação dada pela Fazenda não é compatível com o objetivo do decreto-lei que regulamentou a Zona Franca de Manaus. “Se era pretensão do governo atrair o maior número de indústrias para a região e, conseqüentemente, criar postos de trabalho, gerar renda, atrair mão de obra, garantir a ocupação e o desenvolvimento econômico da área, reduzindo a dependência dos produtos importados, não é razoável concluir que o dispositivo tenha almejado beneficiar, tão somente, empresas situadas fora da ZFM”, afirmou em nota.

Ele ainda destacou que o caso não seria idêntico aos precedentes julgados pelo STJ, visto que a venda ocorreu dentro da “mesma área de isenção”. Com isso, é “perfeitamente cabível” manter os incentivos fiscais.

Edição: Lana Cristina

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Vendas internas na <u>Zona Franca</u> são isentas de PIS e Cofins, determina decisão do STJ		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MANAUS

As vendas internas feitas pelas empresas instaladas na **Zona Franca** de **Manaus** estão isentas de pagar o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O benefício foi concedido pela 2ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que equiparou os embarques feitos pelas companhias às **exportações**, em processo movido pela Fazenda contra a Samsung. ABr